

Transferência intergovernamental voluntária estratégica: uma análise da esfera federal para os municípios do Tocantins no período de 2015 a 2020

Adriano Nascimento da Paixão

Universidade Federal da Paraíba – Paraíba – Brasil

Universidade Federal do Tocantins – Palmas – Tocantins - Brasil

ORCID: 0000-0002-2717-3716.

Ethienne Guinever Santos Milhomem

Universidade Federal do Tocantins – Palmas – Tocantins – Brasil

ORCID: 0000-0002-6906-4294

Resumo

Este artigo analisa a influência do alinhamento político para as transferências intergovernamentais partidárias estratégicas, de caráter voluntário, entre os entes federais e municipais, em específico no estado do Tocantins no período de 2015 a 2020. Os dados foram retirados do IBGE, TSE e portal da transparência. Para atingir os objetivos propostos utilizou-se o modelo de regressão de dados em painel. Neste contexto, foram encontrados três variáveis das oito investigadas, com significância para explicar os repasses de maior quantidade aos municípios tocaninenses, são elas: partido do prefeito; segundo mandato do prefeito; e PIB *per capita*. Além disso, foram avaliados indicadores relacionados ao desenvolvimento municipal, para isso foi utilizado dados sobre o saneamento básico, gestão fiscal, geração de empregos e educação, no intuito de verificar o real desempenho dos municípios com os maiores e menores repasses intergovernamentais. Verificou-se, portanto, que dentre as regiões com os menores repasses, a influência da variável “segundo mandato” gera impacto positivo para o desenvolvimento e crescimento da cidade, tal ocorrido se deu na cidade de Sucupira. Já nas regiões que recebem as maiores transferências, as variáveis que deveriam implicar em maiores repasses não pesam consideravelmente sobre as que geram desenvolvimento, ou seja, há influências externas as que são analisadas nesta pesquisa que podem intervir nos resultados entrados.

Palavras-chave: Alinhamento Partidário; Transferências Voluntárias; Dados em Painel; Desenvolvimento Municipal.

Strategic Voluntary intergovernmental transfer: analysis of the municipalities of Tocantins in the period from 2015 to 2020

Abstract

This study analyzes the influence of political alignment on strategic intergovernmental party transfers, which are voluntary transfers between federal and municipal entities, specifically

in the state of Tocantins from 2015 to 2020. The data was obtained from IBGE, TSE, and the transparency portal. To achieve the proposed objectives, a balanced panel data regression model was used, with a fixed effects model. In this context, three out of the eight investigated variables were found to have significance for higher transfers to municipalities in Tocantins, namely: party affiliation; second term in office; and PIB *per capita*. In addition, indices regarding municipal development were evaluated, for this purpose data on basic sanitation in the treatment of water and treated sewage, fiscal management, formal employment and education were used, in order to verify the real performance of the municipalities with the largest and smaller intergovernmental transfers. It was verified, therefore, that among the regions with the lowest transfers, the influence of the “second term” variable generates a positive impact on the development and growth of the city, this occurred in the city of Sucupira. In the regions that receive the largest transfers, the variables that should imply greater transfers do not weigh considerably on those that generate development, that is, there are external influences that are analyzed in this search that can intervene in the results entered.

Keywords: Political Alignment. Voluntary Transfers. Panel Data. Municipal Development.

Transferencia intergubernamental voluntaria estratégica: un análisis del ámbito federal para los municipios de Tocantins en el período de 2015 a 2020

Resumen

Este estudio analiza la influencia del alineamiento político en las transferencias partidarias intergubernamentales estratégicas, de carácter voluntario, entre entidades federales y municipales, específicamente en el estado de Tocantins en el período de 2015 a 2020. Los datos fueron tomados del IBGE; Portal del TSE y la transparencia. Para lograr los objetivos propuestos se utilizó el modelo de regresión de datos de panel balanceado, en el modelo de efectos fijos. En este contexto, se encontraron tres variables, de las ocho investigadas, con significación para las mayores transferencias a los municipios de Tocantins, son: partido; segundo período; y el PIB per cápita. Además, se evaluaron índices relativos al desarrollo municipal, para ello se utilizaron datos de saneamiento básico en tratamiento de agua y alcantarillado tratado, gestión fiscal, empleo formal y educación, con el fin de verificar el desempeño real de los municipios con mayor y transferencias intergubernamentales más pequeñas. Se verificó, entonces, que entre las regiones con menores transferencias, la influencia de la variable “segundo plazo” genera un impacto positivo en el desarrollo y crecimiento de la ciudad, esto ocurrió en la ciudad de Sucupira. En las regiones que reciben mayores transferencias, las variables que deberían implicar mayores transferencias no pesan considerablemente sobre las que generan desarrollo, es decir, existen influencias externas que se analizan en esta buscar que pueden intervenir en los resultados ingresados.

Palabras clave: Alineamiento partidista. Transferencias Voluntarias. Panel de datos. Desarrollo Municipal.

1 Introdução

As transferências fiscais intergovernamentais são de fundamental importância para se chegar a um equilíbrio ideal das finanças entre os entes federativos, sobretudo quando se trata de uma grande extensão territorial, como é o caso do Brasil. Dessa forma, a transferência de recursos visa diminuir os desequilíbrios horizontais e verticais existentes no território nacional. Além disso, tem como intuito incentivar as melhores práticas de governança dos agentes locais,

para que indiretamente a sociedade possa usufruir de uma melhor qualidade de vida (Duarte *et al.*, 2009).

Tais repasses podem gerar conflitos políticos entre os entes federativos, pois os municípios nos quais recebem uma quantidade relativamente maior de repasses podem proporcionar um crescimento econômico regional. Dessa forma, sendo capaz de atrair mudanças positivas em relação a gestão e a infraestrutura do local, gerando assim um desenvolvimento regional (Louzano, Abrantes e Brunozi Júnior, 2023).

Apesar de as transferências serem determinadas por lei para que a região receptora obtenha determinada quantidade de recursos para a melhoria dos serviços prestados pelo governo, o uso de tais repasses também podem ser movidas por motivações partidárias e eleitorais. Ou seja, a base aliada dos agentes democráticos eleitos pela sociedade é capaz de impactar no percentual de recursos enviados ao ente federativo (Stuckert e Bugarin, 2022).

No contexto de motivações partidárias, em pesquisas de autores como Bugarin e Marciniuk (2017, 2018, 2019 e 2020); Ferreira e Bugarin (2004, 2007 e 2021); Soares e Melo (2016); Stuckert e Bugarin (2022); entre outros, apontam como afirmativo o fato de o gestor federal fazer transferências de maior valor para aqueles municípios nos quais o prefeito pertence ao mesmo partido político ou com a mesma base aliada política do presidente. Os estudos supracitados, na sua maioria, realizaram análises estatísticas, no intuito de confirmar ou rejeitar se a distribuição de recursos está relacionada ao viés político.

Neste contexto, a problematização da pesquisa consiste em identificar se a “hipótese das transferências partidárias estratégicas (HTPE)”, também se aplica no estado do Tocantins. Destarte, há uma relação direta, partidária, das transferências voluntárias realizadas pela União aos municípios do estado do Tocantins?

O objetivo geral está em Investigar as transferências voluntárias estratégicas da esfera federal para a esfera municipal do estado do Tocantins no período de 2015 a 2020, em relação ao alinhamento partidário de ambos entes federativos. Como objetivos específicos, buscou identificar o total de repasse das transferências voluntárias; analisar se a influência partidária; e testar a “hipótese das transferências partidárias estratégicas” no Tocantins, com foco nos repasses da União para os municípios.

O trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo introdução. A Segunda apresenta um breve referencial teórico, a terceira compreende a metodologia do trabalho. Em seguida os resultados e discussões. E por fim, na última seção, as considerações finais.

2 Referencial Teórico

Apesar de estados e municípios obter autonomia na implementação de projetos e programas do governo federal em sua região responsável, o sistema de arrecadação tributária permaneceu centralizado no governo federal, na qual esse realiza, então, a redistribuição dos recursos financeiros para os governos locais (Marciniuk, Bugarin e Ferreira, 2020).

O sistema de federalismo adotado no Brasil, quanto as transferências intergovernamentais, é de significativa importância para o desempenho dos entes

federativos; equilíbrio fiscal, possibilitando a redução da desigualdade regional; uma melhor qualidade na intervenção do setor público na economia, dessa forma a transferência de recursos da União para os demais entes federativos contem assistência econômica de equidade e eficiência (Linhares e Almeida, 2022).

Os entes federados e seus respectivos poderes legislativos, depois de eleitos e mesmo nas suas propostas eleitorais necessitam de uma comunicação com a comunidade na qual representa. Dessa forma, os agentes públicos podem formular e/ou fazer manutenção das políticas públicas. Portanto, para que tais projetos e atividades sejam efetivadas é fundamental uma relação intergovernamental entre os entes federados (De Oliveira, *et al.*, 2021).

A elaboração de propostas para realizar as transferências intergovernamentais é de responsabilidade tanto do executivo federal quanto do legislativo, porém tendo como o principal agente o governo federal. Nesta conjuntura, os repasses entre os diferentes níveis de governo do sistema federativo, são categorizadas em dois tipos, a obrigatória e a voluntaria, ambas são repasses realizados pelo governo federal aos estados e municípios (Linhares e Almeida, 2022).

O termo transferências intergovernamental corresponde aos valores/repasses de recursos, correntes ou de capital, oriundos da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, aos respectivos entes federativos de acordo com a constituição brasileira. Em outros termos, essas transferências ocorrem, como o próprio nome deixa a entender, entre diferentes esferas de governo (União, estados e municípios) (Araujo, Dos Santos Filho e Gomes, 2015).

Os repasses não são realizados de forma aleatória, sem organização das necessidades de cada regiões. Sendo assim, a distribuição dos recursos é realizada de acordo com a estrutura financeira, social, cultural e entre outros critérios, pois para atingir o objetivo e o direito básico do cidadão é necessário um planejamento regional e um estudo dos territórios, a fim de alcançar o equilíbrio financeiro em todo o país (Araújo, Dos Santos Filho e Gomes, 2015).

Um fator importante no qual está relacionado com as transferências é o impacto causado no desenvolvimento regional, pois esta busca compreender os fatores sociais e econômicos dentro de uma região, tais motivações auxiliam na redução ou aceleração das desigualdades (De Oliveira, *et al.*, 2018).

No que se trata do fator econômico, o desenvolvimento regional compreende ao crescimento das regiões nas suas atividades produtivas, portanto, quanto maior o número de repasses intergovernamentais para o município, este se torna mais propenso a garantir maiores investimentos para a região e ainda acarretar em um processo positivo de transformação em outros setores como o social, cultural e político (De Oliveira, *et al.*, 2018).

No que tange às transferências intergovernamentais na sua origem normativa, a delegação de recursos financeiros pode ser classificada de duas formas distintas, obrigatórias (também chamada de legais) ou voluntárias (também chamada de discricionárias) (Gomes, 2009). Todas as duas características apresentadas acima são descritas na constituição brasileira, em forma de documentos e/ou leis distintas.

A principal diferença entre as duas categorias, no quesito balanço orçamentário, está na previsão legal e no momento de incorporar os dados no planejamento. As transferências voluntarias da União têm o papel de complementar o

orçamento já encaminhado através da Lei Orçamentaria Anual na gestão de uma região, portanto são decididas durante todo o ano fiscal, sem precisar está mencionado tal despesa na LOA, ou seja, não são pré-definidas as alocações de recursos (Dantas e Gadelha, 2022).

A principal categoria para as transferências voluntárias são por meio de convênios, mas além deste, também fazem parte do caráter discricionários os termos de fomento; termo de colaboração; acordo cooperação; termo de execução descentralizada; e controle de repasses. Então, todos estão especialmente vinculadas a projetos; planos e setores específicos, possuindo um grau de condicionalidade alto. Pois, as transferências estão ligadas a situações específicas e também a imprevistos que ocorrem na região de forma econômica e social (Dantas e Gadelha, 2022).

As transferências intergovernamentais de caráter voluntário, são definidas pela LRF (lei de responsabilidade fiscal), este repasse é realizado para cumprir com as demandas da sociedade, como por exemplo, ações sociais (Tribunal de Contas da União, 2008). Nesta lei são estabelecidas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Os valores das transferências voluntárias são subsídios nas quais o Governo Federal atinge um interesse em comum, com uma cooperação mútua que pode ocorrer entre a administração pública federal (integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e a Organizações da Sociedade Civil), estadual, municipal e ainda com entidades privadas sem fins lucrativos (Louzada, 2012).

O intuito desses repasses está na entrega dos recursos financeiros para principalmente cooperação, como mencionado anteriormente, mas também para auxílio financeiro, e que não fazem parte das transferências obrigatórias e aquelas destinadas ao SUS (Sistema Único de Saúde) (Governo Federal, 2022).

A relevância da Hipótese das Transferências Partidárias Estratégicas (HTPE) transcende o contexto brasileiro, encontrando um robusto crescimento em estudos internacionais que investigam a alocação discricionária de recursos públicos.

Em consonância com a perspectiva de análise que associa o alinhamento político-partidário à alocação de recursos intergovernamentais o estudo de Andrade e Caldas (2025) oferece um robusto referencial teórico e empírico. Ao empregar regressões em painel com efeitos mistos para analisar as transferências voluntárias federais no Brasil (2010-2021), os autores revelaram que o alinhamento político-partidário entre o Presidente e o prefeito exerce uma influência significativa na distribuição dos recursos, favorecendo municípios com maior Produto Interno Bruto.

Em contrapartida, neste mesmo estudo, indicadores socioeconômicos como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis (IDSC) não demonstraram impacto relevante na alocação dessas transferências. Tais resultados reforçam a tese de que a discricionariedade na distribuição de recursos é permeada por interesses políticos, e não primariamente por critérios de necessidade socioeconômica, o que amplia o debate sobre a dinâmica do federalismo fiscal brasileiro (Andrade e Caldas, 2025).

Em um estudo realizado na Colômbia, no intuito de analisar o impacto do alinhamento político na distribuição de royalties, os autores encontraram evidências de que o alinhamento político entre o governo subnacional (municipal) e o governo central (nacional) influencia a alocação de recursos (neste caso, royalties de recursos

naturais, que funcionam como uma transferência discricionária). Ou seja, o governo central utiliza a alocação desses recursos de forma estratégica para recompensar aliados políticos e ganhar apoio em municípios onde o apoio é mais volátil. Para obter esses resultados o estudo utilizou o método de dados em painel em nível municipal com modelos de efeitos fixos para isolar o efeito do alinhamento político, o que confere credibilidade e comparabilidade aos resultados (Collazos-Ortiz, Wong e Londoño Bedoya, 2025).

Na Alemanha, foi realizado um estudo referente as transferências governamentais em nível estadual para municipal, como resultado os autores da pesquisa confirmam a Hipótese das Transferências Partidárias Estratégicas (HTPE), na qual municípios alinhados recebem mais recursos discricionários. O estudo utilizou dados em painel combinando informações eleitorais e fiscais para testar a hipótese de que governos estaduais favorecem alinhados (Baskaran e Hessami, 2017).

Uma pesquisa realizada posteriormente na Alemanha, utilizando o método de Desenho de Descontinuidade de Regressão (RDD) em eleições municipais apertadas para mitigar a endogeneidade inerente à variável de alinhamento, constatou um efeito positivo e considerável do alinhamento político. Este estudo relaciona o prefeito local e o governo estadual na quantidade de transferências recebidas pelo município. Após quantificar esse efeito, encontra-se que o alinhamento aumenta as transferências em 20% ao ano. Este efeito está mais proeminente nos anos que antecedem as eleições locais (Quinckhardt, 2023).

3 Metodologia

Para atender a demanda dos objetivos centrais do presente trabalho e para obter os dados necessários a respeito das transferências intergovernamentais do tipo voluntário; informações pessoais e políticas de cada prefeito; e os dados monetários a respeito do PIB *per capita* e impostos, as informações foram retiradas do portal do Tesouro Nacional Transparente; Tribunal Superior Eleitoral; e do IBGE, respectivamente.

No portal do Tesouro Nacional Transparente é possível se deparar com as transferências de caráter obrigatório/ legal e as voluntárias, em que esses são de livre divulgação e de linguagem clara para toda a sociedade. Pois, tem o intuito de ajudar os cidadãos a compreender melhor a economia da sua região.

O foco desta pesquisa está em analisar o repasse geral de todos os seis tipos de transferências voluntárias (Convênio; Termo de Fomento; Termo de Colaboração; Acordo de Cooperação; Termo de Execução Descentralizada; e Contrato de Repasse), porém sem detalhar cada tipo de transferência voluntária realizada.

Foi utilizado a forma empírica de análise e modelos estatísticos para explicar o desenvolvimento da economia na região explorada, o estado do Tocantins. Dessa forma, foi empregado o modelo de econometria, em específico a técnica estatística de regressão de dados em painel balanceado. Por conseguinte, a análise é realizada com diversas unidades e em diferentes períodos de tempo. Portanto, é uma análise em dimensões espaciais (municípios) e temporal (anos) (Gujarati e Porter, 2011).

O modelo de dados em painel, realizados nesta pesquisa, permite as análises de regressão MQO para dados empilhados; efeitos fixos; e efeitos aleatórios. Estes

são trabalhados com os modelos de regressão com dados empilhados, modelo de efeitos fixos e efeitos aleatórios, respectivamente. Posterior a essas análises, foram realizados os testes de comparação entre os modelos supracitados, nos quais se trata dos testes de hipótese, representados pelo teste F restrito; Teste de Hausman; e o Teste LM de Breusch-Pagan.

Para filtrar apenas os dados necessários para a pesquisa sobre as transferências voluntárias no portal da transparência, foi utilizado a aplicação de filtros, sendo eles: período de tempo: a escolher; tipo de transferência: Legais, Voluntárias e Específicas; Tipo de favorecidos: Administração Pública Municipal; UF: Tocantins.

No que tange esta pesquisa, as diferentes unidades trabalhadas compõem as seguintes variáveis: transferências voluntárias; sexo; idade; anos de estudo; partido; coligação; segundo mandato; PIB *per capita*; e impostos. Já o período de tempo é analisado um espaço de 6 anos, de 2015 a 2020. A seguir, contém os dados detalhados em suas características de mínimos; máximo; e a média aritmética. Dessa forma, evidenciando a discrepância e desigualdade entre os dados recolhidos no estado do Tocantins para a análise desta pesquisa.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média
Sexo	0	1	0,1655
Idade	24	80	49,73
Anos de estudo	2	16	13,47
Partido	0	1	0,09
Coligação	0	1	0,36
Segundo mandato	0	1	0,22
PIB <i>per capita</i>	6,78	82,37	18,09
Impostos	357	1476908	24529
Transferências Voluntárias	6.496	40.832.535	1.249.273

Fonte: Elaboração própria.

As variáveis sexo; partido; coligação; e segundo mandato, foram analisadas com o auxílio de variáveis *dummies*. A finalidade dessa aplicação nos dados se deu pelo fato da necessidade de qualificar as variáveis analisadas no trabalho de forma binária (0 e 1), na qual melhor se adequa ao modelo estatístico utilizado e na linguagem R.

No refere as características políticas do prefeito, ou seja, as informações de partido e coligação, foram representados com zero (ausência da característica) quando o prefeito não faz parte do mesmo seguimento político do presidente, e 1 (não ausência desta característica) quando faz parte. Já na variável de segundo

mandato, o (zero) representa quando o prefeito não foi reeleito, e 1 (um) corresponde ao mandato sequencial.

Quanto as características pessoais de cada prefeito, utilizou-se *dummy* apenas para a característica do sexo, sendo assim o zero representando ser do sexo masculino e o número 1 feminino.

Outra variável de controle explorada nesta pesquisa foi a escolaridade de cada prefeito, sendo ela determinada pelos anos de estudo, partindo do princípio da educação básica prevista na Constituição Federal. Ademais, definido as características da escolaridade nas Leis: LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional) e na Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

E por fim, as variáveis monetárias, nas quais são elas, as Transferências voluntárias; PIB *per capita*; e os impostos, foram analisadas na linguagem do Rstudio na forma logarítmica natural. Ou seja, os coeficientes estimados foram interpretados de maneira direta como uma elasticidade. Logo, o coeficiente angular mede a elasticidade das variáveis dependentes em relação as transferências voluntárias.

4 Resultados e discursões

Os dados foram avaliados com o intuito de verificar a seguinte hipótese: se a União realiza uma transferência de recursos voluntários em parcela relativamente maior aos prefeitos do mesmo seguimento político e se há outras variáveis que influenciam nessas transações.

Foi analisado, portanto, o coeficiente estimado, no qual representa a interação entre as variáveis. Caso obtenha um resultado negativo significa dizer que há uma relação inversa, ou seja, à medida que a variável independente aumenta a dependente diminui.

No p-valor, se acontecer de atingir resultados com valores abaixo de 0,05, a respectiva variável se torna significativa para o modelo. Por outro lado, se ultrapassar 0,05 a variável não é significativa, sendo assim descartada como uma explicação da verificação da hipótese. Ao lado do Pr ($> | t |$) há alguns caracteres, nos quais são representados da seguinte forma: “ *** “ = 0,0001; “ ** “ = 0.001; “ * “ = 0.05; “ . ” = 0.1; e quando não há caractere significa 1.

Nas informações gerais da tabela, localizada na última linha, no que se refere ao coeficiente de determinação, R^2 , este tem o intuito de explicar a variabilidade das variáveis, na estatística quanto maior o número obtido melhor o modelo se ajusta aos dados fornecidos. Para concluir, os cálculos da estatística F, tem a função de testar a significância como um todo do modelo de regressão.

Dentre esses modelos analisados, dados empilhados, efeito fixo e efeito aleatório, foram realizados testes para encontrar o modelo mais adequado aos objetivos e hipótese apresentados inicialmente. Tem-se, portanto, a execução de 3 testes de comparação entre eles, que são: teste F; teste de Hausman; e o teste LM de Breusch-Pagan.

O test F e Breusch-Pagan LM, são realizados com o intuito de descartar o modelo de dados empilhados, sendo este denominado a hipótese nula no teste. Logo, com a presença de uma hipótese alternativa com efeitos significativos, conseqüentemente a hipótese nula deve ser rejeitada, ou seja, o modelo de dados

empilhados não é o modelo ideal para a análise dos dados nesta pesquisa. Ademais, a hipótese alternativa nos testes citados, são os modelos de efeito fixo e efeito aleatório, respectivamente.

Rejeitando o modelo de dados empilhados, resta então testar o efeito fixo e aleatório entre si. Para isso, foi executado o teste de Hausman Test, em que a hipótese nula é o efeito aleatório e a alternativa o efeito fixo.

No resultado encontrado no teste de Hausman, evidencia que a hipótese alternativa encontrou um modelo inconsistente, logo, com esta decorrência se rejeita a hipótese nula, sendo, portanto, preferível o efeito fixo na utilização desta pesquisa. Na qual o intuito conta em analisar se as transferências federais são de maior significância para os municípios de mesmo partido político e quais as variáveis que influenciam para a realização deste repasse.

A seguir, tem-se os resultados obtidos da regressão para dados empilhados, o modelo no qual se adequa à esta pesquisa.

Tabela 2: Resultados do modelo para dados em painel com dados empilhados

Variáveis	Coefficientes	Erro padrão	P-valor
Sexo	-0.1182	0.0839	0.1591
Idade	0.3344	0.1538	0.0300 *
Anos de estudo	0.0311	0.0098	0.0016 **
Partido	-0.3107	0.1167	0.0079 **
Coligação	0.0239	0.0699	0.7317
Segundo mandato	0.1309	0.0730	0.0733 .
PIB <i>per capita</i>	-0.3494	0.0759	4,89e-03 ***
Impostos	0.4426	0.0248	< 2.2e-16 ***
R ² = 0.3275		Estatística F = 50.1117	P-valor = < 2.22e-16

Fonte: Elaboração própria.

Nas informações obtidas de acordo com o cálculo de regressão do modelo de dados empilhados, note-se que o coeficiente estimado, alcançou um resultado negativo nas variáveis de sexo, partido e PIB *per capita*.

Dessa forma, no que se refere a variável binária do sexo, quanto maior a quantidade de transferências para o município, significa que o sexo do prefeito é masculino. Em relação ao partido político, quer dizer que o gestor municipal não é do mesmo seguimento político do presidente da república. E por fim, na variável monetária, PIB *per capita*, quanto maior o repasse de recursos, menor é o PIB.

Mesmo com os resultados do coeficiente estimado sendo negativo, a variável do partido e do PIB *per capita*, são significativas para o modelo da pesquisa, de acordo com os valores obtidos no p-valor. Ou seja, a variável influência na maior quantidade recursos financeiros voluntários que a União envia para os municípios.

Além dessas duas variáveis mencionadas, outras como a idade; anos de estudo; segundo mandato; e os impostos, foram significativas para o modelo. Isso quer dizer, que as variáveis citadas tem um impacto considerável em cima das transferências intergovernamentais.

De modo geral, no coeficiente de determinação, R^2 , apresentado no modelo de dados empilhados, alcançou um resultado com valor moderado para explicar a variabilidade das variáveis. A estatística F juntamente com o resultado do p-valor, evidência a significância das variáveis em relação as transferências realizadas da esfera federal para a municipal.

Afim de verificar se os dados estão devidamente alinhados e homogêneos na variação dos erros, foi efetuado o teste de homoscedasticidade. Este teste verifica a dispersão dos dados em torno da reta de regressão. É de fundamental importância esta análise, pois garante a confiabilidade dos dados e resultados estimados. Caso ocorra o contrário significa que há heteroscedasticidade no modelo, na qual se explica pela variação do erro padrão das variáveis dependentes com a independente.

De acordo com o teste de homoscedasticidade, no qual nesta pesquisa foi aplicado o teste de Breusch-Pagan, o modelo apresentado consiste na presença de heteroscedasticidade, pois o p-valor obtido foi menor que 0,05 (resultado encontrado foi de p-valor = 0.00012).

Para que este erro seja corrigido e assim adquirir a confiabilidade necessário para a pesquisa, foi realizado ajuste do erro com o teste de coeficientes de regressão no modelo de efeito fixo. Dessa forma, foram alcançados novos resultados com a aplicação deste teste como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3: Resultados corrigindo o erro padrão do modelo com efeito fixo

Variáveis	Coefficientes	Erro padrão	Pr(> t)
Sexo	-0.0892	0.1281	0.4861
Idade	0.1826	0.3099	0.5558
Anos de estudo	-0.0088	0.0161	0.5868
Partido	-0.4264	0.1266	0.0008 ***
Coligação	-0.0568	0.0756	0.4526
Segundo mandato	-0.1625	0.0910	0.0747 .
PIB <i>per capita</i>	1.1712	0.1735	3.179e-11 ***
Impostos	-0.2241	0.1811	0.2165

Fonte: Elaboração própria.

Com a realização deste ajuste, nota-se que as variáveis obtiveram um aumento nos valores em comparação com a tabela 2, na qual foi apresentado os resultados iniciais do modelo com efeitos fixos. Os coeficientes estimados negativos continuam sendo os mesmos em ambas as tabelas. Porém no que tange o p-valor, o logaritmo

de impostos não foi mais considerado como uma variável significativa para os objetivos propostos desta pesquisa, pois ultrapassou a margem de erro padrão, na qual permite obter resultados com o devido nível de confiança de um estudo

A margem de erro padrão atribuída a esta pesquisa, foi um erro de até 10%, ou seja, o p-valor deve ser menor que 0.1. Sendo assim, as variáveis significativas são o partido; segundo mandato; e o PIB *per capita*. As demais variáveis não alcançaram resultados considerados significantes para o modelo. Os testes realizados tiveram como intuito identificar as variáveis nas quais geraram os maiores impactos na execução das transferências intergovernamentais entre a União e municípios, para isso os dados recolhidos foram com relação ao Tocantins de modo geral.

Mas afim de identificar o real impacto no desenvolvimento dentro de um município, esta pesquisa traz os municípios nos quais receberam os maiores e menores repasses da União, e a partir desta identificação das regiões foi possível analisar indicadores sociais e de desenvolvimento.

Portanto, foi analisado os indicadores compostos pela: FIRJAN de Gestão Fiscal (em que este avalia a autonomia; gasto com pessoal; investimentos; e a liquidez); IDEB (este é composto por uma relação entre a taxa de aprovação dos alunos com os resultados obtidos no Saeb); SNIS (com indicadores de esgoto e água tratada); e por fim os dados com relação as informações sociais de trabalho nos quais são exibidos pela RAIS.

Para a identificação das regiões em que foram investigadas com maior profundidade, foi avaliado entre 10 municípios, as cidades que mais se repetiram nos seis anos de pesquisa no que se refere as transferências intergovernamentais. Dessa forma, foi identificado com os maiores repasses em ordem decrescente: Palmas; Araguaína; Porto Nacional; Gurupi; e Paraíso do Tocantins. Tais cidades são as cinco maiores do Tocantins. Ademais, os municípios que receberam os menores repasses, são: Araguanã; Aurora; chapada de Areia; Crixás; Rio da Conceição; e Tupiratins.

4.1 Desenvolvimento nos Municípios

Para auxiliar o desenvolvimento municipal é necessários a análise de vários parâmetros entre eles o social, e para isso foi utilizado neste trabalho alguns indicadores do SNIS, entre eles: coleta de esgoto (saneamento básico); tratamento de esgoto (saneamento básico); atendimento urbano de água (saneamento básico); e esgoto tratado referido à água consumida.

No que se refere aos quatro municípios, que receberam o menor quantitativo de transferências intergovernamentais, nos seis anos de pesquisa foi encontrado dados apenas sobre o indicador de atendimento urbano de água.

Nos dois primeiros anos da pesquisa ambas as cidades não atendiam de maneira uniforme e total, na região delimitada como urbana, o devido abastecimento de água tratada. Porém em 2017, no qual representa o primeiro ano de mandato municipal, todos os municípios alcançaram 100% o atendimento a água na região urbana, ademais estes dados se estendem para o ano de 2018. Em 2019, apenas Abreulândia continuou com o fornecimento de água para 100% da população residente na área urbana.

Importante ressaltar que apenas o município de Sucupira, no ano de 2017 a 2020, de acordo com as variáveis significativas para um maior recebimento de transferências da União, obtinha ao menos uma característica compatível com o estudo realizado anteriormente, no qual o prefeito da cidade está em segundo mandato municipal.

Porém, mesmo com essa semelhança, no que se trata da característica política do prefeito, no ano de 2019, o município não alcançou o fornecimento de água tratada para toda a população residente na região urbana.

Referente ao mesmo indicador, para aqueles municípios que receberam os maiores repasses intergovernamentais, representado por Araguaína; Gurupi; Palmas; Paraíso do Tocantins; e Porto Nacional, ambos alcançaram 100% do atendimento urbano de água tratada em cinco dos seis anos de pesquisa. Em 2016, todas as cinco cidades não alcançaram 100% da população, sendo então com porcentagens de 97,5%; 94,9; 97,0; 97,1; e 99,7, respectivamente.

Outro indicador trabalho com dados retirados do SNIS foi da coleta de esgoto, sendo um item considerado como saneamento básico. Os resultados recolhidos são relativamente baixos em muitas das cidades com as maiores transferências

O município no qual obteve os resultados mais satisfatórios com relação a coleta de esgoto foi Porto Nacional, a quarta maior cidade do estado (de acordo com o censo do IBGE de 2022), com média de 68,5%. Nota-se que no ano de 2018, ano de eleição federal, o município alcançou o melhor resultado registrado em comparação a todas as outras regiões exploradas, porém nos anos seguintes a este a porcentagem de coleta de esgoto cai consideravelmente, chegando a 45,3% em 2019, ano em que o município obteve seu menor resultado.

Logo em seguida, referente aos maiores resultado da coleta de esgoto, foi exibido pela capital Palmas, em que apresentou uma média razoável de 56,0%. Todos os demais municípios, alcançaram medias abaixo de 22%, sendo Paraíso do Tocantins a região em que a população se encontra com acesso a coleta de esgoto sanitário considerável precário, com média de apenas 9,7%.

Levando em consideração o crescimento e desenvolvimento deste indicador no decorrer dos anos, apenas a cidade de Araguaína apresentou uma evolução constante, todos os demais municípios se mostram com oscilações. Nota-se que no ano de 2018, obteve os melhores registros nos municípios, com exceção de Gurupi, no qual o resultado mais satisfatório foi 45,3% em 2020.

Com relação ao indicador sobre o tratamento deste esgoto coletado, em que a finalidade está em diminuir a contaminação e transmissão de doenças através deste recurso, todos os municípios em todos os anos de análise alcançaram 100% deste procedimento. Com exceção de Porto Nacional, que no ano de 2016, o município obteve o atendimento de apenas 79,49% do tratamento de esgoto para a população urbana. Este tratamento se refere também à água consumida pela população residente no município.

Nos indicadores referentes ao sistema da FIRJAN, que são englobados: autonomia (capacidade de financiar a estrutura administrativa); gastos com pessoal (grau de rigidez do orçamento); liquidez (cumprimento das obrigações financeiras); investimentos (capacidade de gerar bem-estar e competitividade), foram todos analisados de forma geral.

A base de dados na construção destes indicadores é estruturada segundo resultados fiscais oficiais declarados pelas próprias prefeituras. Os dados são gerados em forma de pontuação na qual varia entre 1 e 0. A gestão fiscal é classificada como excelente quando os resultados são superiores a 0,8 pontos; uma boa gestão entre 0,6 e 0,8; em dificuldade com resultado entre 0,4 e 0,6; e por fim é considerada uma gestão em situação crítica quando os resultados são abaixo de 0,4 pontos.

Nos municípios que receberam os menores repasses intergovernamentais, nenhum alcançou uma gestão excelente, a cidade na qual mais se aproximou ao resultado desta classificação foi Sucupira em 2020, com o indicador de 0,75 e também em 2019 com 0,70. Tal cidade foi a que obteve os melhores resultados, sendo destaque em 2015; 2016; 2019 e 2020. Em relação as variáveis significativas para as transferências intergovernamentais, Sucupira tinha como característica política do prefeito como ele sendo segundo mandato municipal.

Este município registrou o maior salto de pontuação de um ano para o outro em comparação com as outras regiões que receberam os menores repasses intergovernamentais e até mesmo aquelas com as maiores transferências, com um salto de 0,25 pontos de 2018 (0,45 pontos) para 2019 (0,70 pontos).

Todos os municípios em algum período apresentaram uma gestão crítica, na cidade de Abreulândia essa classificação esteve presente em 2017; Ipueiras em 2015 e 2019, de acordo com os dados registrados, pois não foram disponibilizadas informações nos anos de 2017.

Dos municípios nos quais receberam os maiores repasses intergovernamentais, tem-se uma vasta diferença de pontuação para aqueles com as menores transferências.

O município que mais se destacou na gestão fiscal, em relação à média aritmética se comparar com os demais, foi Araguaína. A cidade alcançou uma gestão de excelência apenas em 2020, mas nos anos anteriores a pontuação estava com índices elevados na classificação boa. Em seguida está o município de Gurupi, terceira maior cidade do estado, que também atingiu uma gestão de excelência em 2020, e nos anos anteriores uma classificação de gestão boa.

A capital do estado não atingiu em nenhum dos anos explorados uma gestão de excelência, a maioria foi uma gestão boa e nos dois primeiros anos desta pesquisa estava classificada com dificuldades. Em 2020, foi o ano em que o município obteve o melhor resultado.

Com relação as variáveis significativas para uma maior transferência intergovernamental, todos são representados pelo mesmo prefeito nos seis anos de estudo. Ou seja, a partir de 2017, ano em que se inicia o novo mandato eleitoral contém uma evolução considerável na pontuação deste indicador. Porém, há uma exceção, o município de Porto Nacional, a partir de 2017 a pontuação obteve queda, período em que, no tocante as características políticas do prefeito, o gestor do poder executivo não foi reeleito.

Por outro lado, mesmo com o município de Porto Nacional apresentar essa queda nos quatro últimos anos de estudo, este não foi o que alcançou a menor média aritmética dos dados, mas sim a cidade de Paraíso do Tocantins.

Outro indicador analisado foi o da RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, em que o intuito visa informatizar os dados trabalhistas, como empregos formais, número de demissões e entre outros. Os dados recolhidos deste sistema foi de

“emprego formal” nos ramos de atividade produtiva e dos subsetores de atividade econômica, onde são delimitados em oito categorias pelo IBGE, sendo elas: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; e agropecuária, extração vegetal e caça.

Os dados fornecidos pela RAIS do emprego formal nas cidades que receberam os menores repasses intergovernamentais, foram observados que até 2018 o quantitativo era muito diferente de uma cidade para outra, já em 2019 e 2020 os dados se mantinham parecidos, condicionando a um equilíbrio entre os municípios.

A maior queda e também crescimento se deu na cidade de Ipueiras, em que de 2015 para 2016 reduziu 135 empregos, mas de 2016 para 2017 houve um aumento de 147 no quantitativo de empregos, somando, portanto, 213 neste ano. No ano subsequente, 2018, o município registrou seu maior número de empregos formais nos seis anos de estudo, chegando a 257. Porém, mesmo com esse aumento significativo, em termos de média final, o município apresentou o menor registro de empregos formais nas atividades produtivas

O município de Sucupira expôs a melhor média aritmética entre as cidades e também os melhores resultados de empregos formais no decorrer dos anos, porém observa-se que o quantitativo de empregos foi caindo de ano a ano, tendo dessa forma um declínio dos empregos formais nas atividades produtivas da região. Ademais, enquanto a sua gestão fiscal teve uma evolução de 2017 a 2020, a relação de emprego formal a partir de 2017 houve declínio, o mesmo ocorre em Abreulândia.

Abreulândia possuía números bons em 2015, sendo a segunda região com mais empregos formais, porém no último ano desta pesquisa, o município ostentou como o que obteve o menor quantitativo de empregos.

Enquanto as cidades que receberam os menores repasses intergovernamentais conseguem se manter em médias de empregos formais próximas. Os municípios nos quais obtiveram as maiores transferências, a maioria, não alcançam números similares, principalmente Palmas, Araguaína, e Gurupi, as três maiores cidades do estado respectivamente.

Há uma vasta diferença no quantitativo de empregos formais entre as duas maiores cidades, em questão populacional, do Tocantins, Palmas e Araguaína. De acordo com o último censo do IBGE, 2022, a diferença populacional entre uma cidade e outra é de 131.391 habitantes, dessa forma justificando o grande desequilíbrio entre ambas, pois no que se refere aos empregos formais, nota-se a que Palmas há aproximadamente 100.000 trabalhadores formais a mais em todos os anos. Dessa forma, a capital do estado foi o município em que apresentou o maior número de empregos formais, sendo o ano de maior quantitativo em 2017 (132.783) e o de menor em 2019 (121.027).

Em Araguaína, seu maior número de empregos formais se deu em 2018 (33.264), mesmo ano em que o índice da coleta de esgoto obteve a porcentagem mais satisfatória entre os anos pesquisados do município. Por outro lado, foi o ano em que a gestão fiscal se apresentou com o pior resultado, porém mesmo assim sendo considerado uma gestão boa.

Porto Nacional foi a cidade com os menores números de empregos formais, atingiu seu melhor resultado em 2017. Já no ano anterior, 2016, o município obteve o menor quantitativo se comparado com todos os anos de pesquisa e ainda

confrontado com os demais municípios, resultando em apenas 7.581. Em contrapartida, no mesmo ano, alcançou seu melhor resultado na gestão fiscal.

Por fim, o último indicador estudado foi o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), este faz a medição de acordo com a taxa de aprovação dos estudantes com os resultados dos alunos no Saeb. Os testes aplicados para medir o nível de aprendizagem dos estudantes são realizados a cada dois anos e são aplicados nas escolas de rede municipal e estadual, ambas do sistema público de educação.

O principal indicador da educação básica no Brasil utiliza uma escala na qual varia de 0 a 10, quanto mais próximo de 10 melhor o patamar educacional naquela escola/região. Para esta pesquisa foi analisado os dados referentes ao ensino fundamental regular dos anos finais (IDEB de 2015, 2017 e 2019) e informações do ensino médio (IDEB de 2017 e 2019).

O município de Sucupira foi o único a não apresentar dados em 2019, dessa forma impossibilitando a comparação para com o ano anterior e assim verificar o desenvolvimento da educação básica nesta cidade. Porém, se levar em consideração que todos os outros municípios obtiveram aumento em seus índices, caso Sucupira tenha mantido a mesma pontuação, a cidade se encontraria com a pior nota no ano dentre os municípios analisados.

A cidade na qual obteve o maior acréscimo de pontuação pela nota do IDEB foi Ipueiras de 2017 para 2019 com o aumento de 0,6 pontos. Mas a cidade em que alcançou a maior nota em 2017 foi Gurupi juntamente com Paraíso do Tocantins, ambos com 3,9 pontos. Já no ano de 2019, foram Abreulândia e Gurupi as cidades com a melhor pontuação, com 4,3.

Gurupi, uma das cidades que recebe os maiores repasses intergovernamentais, foi o município no qual a educação, relacionado ao ensino médio, atingiu os melhores resultados nos dois anos analisados, sendo assim a região que tem uma educação mais próxima da adequada para os jovens, mas mesmo assim muito longe do que obter um resultado excelente.

Dentre os municípios com as menores notas em 2017, estão Ipueiras e Lagoa do Tocantins, juntamente com 3,3 pontos. Para o ano de 2019, se encontra apenas Lagoa do Tocantins, se tornando, portanto, o município no qual obtém o menor desenvolvimento educacional, se tratando tanto do resultado obtido em 2019, quanto do crescimento em forma de pontuação de um ano para o outro, dentre os nove municípios analisados nesta pesquisa.

A capital, Palmas, tanto em 2017 quanto em 2019, fica em quinta colocação dentre os nove municípios analisados. O município perde posição para Abreulândia, Araguaína, Gurupi e Paraíso do Tocantins, em ambos os anos.

Abreulândia, consegue alcançar notas relativamente altas no IDEB, mesmo sendo uma das cidades que recebem o menor quantitativo de repasses intergovernamentais, ou seja, pode se dizer que o município investe consideravelmente bem no direito básico ao cidadão. Em contra ponto, Porto Nacional, uma das cidades na qual recebem os maiores valores de transferências por parte da União, possui nota no IDEB baixas, nota-se que está no mesmo patamar de pontuação dos municípios com os menores repasses.

Portanto, o desenvolvimento educacional para aquelas cidades nas quais receberam os menores repasses intergovernamentais, o município de Sucupira se encontra com os resultados menos satisfatórios para um bom desenvolvimento da

região, pois este apresentou as medias mais baixas no tratamento de água; gestão fiscal; RAIS; e ainda na nota do IDEB do ensino médio.

No que se refere ao ensino fundamental regular nos anos finais, as notas aumentam consideravelmente se comparado com os mesmos anos na análise anterior de ensino médio, 2017 e 2019.

Todos os municípios apresentam ou uma nota igual ou uma evolução se comparado com a diferença da nota de um ano para o outro, em relação aos dados fornecidos. A cidade de Abreulândia e Ipueiras, de 2017 para 2019 continuaram com a mesma nota. Porém, Palmas entra como exceção, pois de 2017 para 2019 o município obteve uma queda de 0,1 na pontuação do IDEB.

Abreulândia foi o município em que houve a maior evolução em pontuação, se confrontado com todas as outras oito cidades em relação aos anos, alcançando um crescimento de 1,3 pontos de 2015 para 2017. Logo em seguida, tem a capital do estado do Tocantins, também de 2015 para 2017, com um crescimento de 1,1 pontos.

Os municípios em que menos deteve uma evolução na nota do IDEB foi Lagoa do Tocantins; Araguaína. Gurupi; e Porto Nacional, ambos de 2017 para 2019. Ou seja, o crescimento do mesmo período de tempo citado, foi o que possuiu o menor impacto para o desenvolvimento da educação básica.

No ano de 2015, Porto Nacional era o município com a maior nota do IDEB, logo em seguida Gurupi, ambos possuíam uma diferença de 0,3 pontos. Porém nos anos seguintes, as duas cidades detinham os mesmos valores, em 2017 com 5,3 pontos e em 2019 com 5,4 pontos.

O município de Ipueiras, foi o que alcançou as menores notas do IDEB em todos os anos analisados, referente ao ensino fundamental regular nos anos finais. Vale lembrar que esta cidade, obteve dificuldades para encontrar os dados relacionados a gestão fiscal, dessa forma, sendo complicado de verificar se há algum indicio de influência da gestão em cima da educação.

Sobre este município, referente as variáveis significativas para uma maior transferência de recursos por parte da união, este não apresentou nenhuma das características comuns no quesito político. No tocante do desenvolvimento municipal social o índice de água tratada não alcançou 100% da população nos anos de 2017, 2018 e 2020, mesmos anos em que não foram disponibilizados dados a respeito da gestão fiscal do município, mas nos demais períodos este era considerado como uma gestão critica ou em dificuldade.

Em relação aos empregos formais, de 2016 para 2017 o município, Ipueiras, foi o que apresentou o maior crescimento de empregos se comparado com todas as outras cidades e períodos de tempo, finalizando, portanto, o ano de 2020 com resultado maior do quantitativo de pessoal nos setores produtivos do que em 2015. E por fim, no desenvolvimento educacional, de acordo com a nota do IDEB, a região obteve o menor resultado em 2017 em relação ao ensino médio, já no ensino fundamental de anos finais o município esteve com as menores notas em todos os anos de dados divulgados e analisados, 2015, 2017 e 2019.

Abreulândia, sobre as variáveis significativas para um maior repasse, este não possuía nenhuma das características semelhantes com o presidente da república. No quesito de gestão fiscal, o município se encontrou em estado crítico em 2017 e em relação aos empregos formais, finalizou 2020 com um quantitativo inferior aos dados encontrados em 2015. Mas mesmo assim, foi um município que se destacou dentre

os quatro, no que se refere ao atendimento de água potável e ao desenvolvimento educacional tanto para o ensino médio quanto para o fundamental de anos finais.

Lagoa do Tocantins, não apresentou nenhuma das características semelhantes políticas ao presidente, no que se refere as variáveis significativas para receber maiores repasses intergovernamentais. Obteve atendimento a água tratada apenas em três dos seis anos de pesquisa, 2017, 2018 e 2020, nos dois primeiros anos citados a região alcançou melhores resultados quanto a gestão fiscal se comparado com os demais municípios que receberam os menores repasses.

Ainda sobre Lagoa do Tocantins, os anos de 2019 e 2020, foram os melhores resultados para o emprego formal nos setores de atividades produtivas. Em relação ao desenvolvimento educacional do ensino médio, este foi o município com as menores notas tanto em 2017 quanto 2019, porém referente ao ensino fundamental a região possui resultados positivos, alcançando em 2015 notas superiores a dois municípios que recebem os maiores repasses intergovernamentais.

Sucupira, última cidade analisada daquelas que recebem os menores repasses, obtém como característica política das variáveis significativas para receber maiores transferências, o prefeito ser reeleito (ou seja, tem segundo mandato) em 2016, sendo assim o mesmo gestor do poder executivo para todos os anos analisados.

Em 2017, ano em que o prefeito inicia seu segundo mandato municipal, obteve uma gestão fiscal classificada como crítica, porém é o mesmo ano em que o município tem seu primeiro resultado de 100% atendimento de água tratada. Nos anos posteriores, 2019 e 2020, Sucupira alcançou os melhores resultados nos seis anos pesquisados e também se comparado com os demais 3 municípios, obtendo, portanto, uma gestão boa.

Portanto, nota-se que nesses quatro municípios, que recebem os menores repasses, a influência da variável significativa de segundo mandato gera impacto positivo para o desenvolvimento municipal social e principalmente fiscal.

Araguaína, Palmas, Gurupi e Paraíso do Tocantins, apresentaram como variável significativa de característica política para um maior repasse de recursos intergovernamentais, segundo mandato eleitoral municipal. Com exceção de Porto Nacional, no qual não contém nenhuma variável significativa semelhante com as características políticas do presidente da república.

A capital, Palmas, referente ao desenvolvimento da gestão fiscal, exibiu números nos quais o município se identifica como o segundo a ter o menor resultado para uma boa gestão se comparado com as médias dos demais. Em 2015, ano de seu pior desempenho, a gestão fiscal da região foi considerada em dificuldade, já em 2020, ano melhor resultado, com uma gestão classificada como boa.

Assim como na gestão fiscal, a nota do IDEB para o ensino médio, Palmas está identificado como o segundo a ter o menor resultado tanto em 2017 quanto em 2019. Já para o ensino fundamental de anos finais, foi a única cidade a apresentar queda na pontuação, sendo o período de 2017 para 2019.

Araguaína, é a segunda maior cidade do estado consequentemente a segunda a apresentar os maiores dados de empregos formais, visto que a distância entre esta e a terceira maior cidade é consideravelmente grande. Na gestão fiscal, o município obteve os melhores resultados no decorrer dos anos e ainda expondo uma gestão de excelência em 2020.

Porém, apesar de Araguaína ostentar dados excelentes nos indicadores anteriores, no quesito de desenvolvimento educacional, o município não conseguiu alcançar os melhores resultados. Dessa forma, indicando que os investimentos aplicados pelo município não geram impacto diretamente na educação, devendo exibir influência em cima de variáveis externas as análises nesta pesquisa.

A cidade de Gurupi, terceira maior do estado, segue o mesmo protocolo das cidades anteriores, ou seja, é o município com o terceiro maior quantitativo de empregos formais e ainda se diferenciando muito dos dados de Paraíso e Porto Nacional. No que se refere a gestão fiscal, é o segundo com maior média dentre os cinco analisados, ademais apresentando uma gestão de excelência em 2020 e nos anos anteriores com uma classificação boa.

Quanto ao índice do IDEB para o ensino médio e fundamental de anos finais, Gurupi ostentou as melhores notas tanto em 2017 quanto em 2019 dentre os cinco municípios analisados. Em contrapartida, o indicador pertencente a coleta de esgoto, a cidade está apresentada como a segunda na qual obtém as menores porcentagens deste serviço de saneamento básico.

Paraíso do Tocantins, no que se refere a coleta de esgoto, apresentou os piores resultados em todos os seis anos de estudo se comparado com os demais municípios. O mesmo acontece com o indicador de gestão fiscal, analisando a média final, porém, mesmo com o dado sendo inferior as outras regiões, Paraíso manteve a gestão na classificação boa.

Ao contrário dos indicadores anteriores, o município no quesito educacional de ensino médio, ostentou a melhor pontuação em 2019 e a segunda melhor em 2020. Por outro lado, no ensino fundamental regular, Paraíso do Tocantins se encontrou com as piores notas.

E por fim, Porto Nacional, único município dentre os cinco, que receberam os maiores repasses intergovernamentais, a não apresentar nenhuma variável significativa para com as características políticas.

Tal município está entre os que obtiveram menor quantitativo de empregos formais nos setores de atividades produtivas. A gestão fiscal é mediana, se comparada com os demais municípios, ou seja, nem muito boa e nem muito ruim. O resultado em que Porto Nacional obteve o pior desempenho, foi com relação a nota do IDEB para o ensino médio tanto no ano de 2017 quanto em 2019.

Mas por outro lado, as notas do IDEB referentes ao ensino fundamental nos anos finais, no mesmo período, foram as melhores. Outro indicador no qual o município se destaca positivamente é o de coleta de esgoto, chegando a alcançar 98,1% das residências com a coleta adequada em 2018.

Portanto, nota-se que para os municípios com os maiores repasses intergovernamentais, as variáveis de desenvolvimento social e fiscal nem sempre vão apresentar resultados excelentes, independente da região manifestar alguma das variáveis significativas para uma maior quantidade de repasses por parte da união.

5 Considerações Finais

O presente estudo buscou investigar, as transferências voluntárias estratégicas, em específico os repasses da esfera federal para a municipal do estado

do Tocantins no período de 2015 a 2020, com foco na relação de alinhamento partidário entre ambos os entes federativos.

O modelo de regressão de dados em painel balanceado que se adequou aos objetivos da pesquisa foi o de efeito fixo. Isso se deu pelos resultados encontrados nos testes de comparação entre os modelos e posteriormente na correção do erro padrão com presença de heterocedasticidade.

Assim, o resultado obtido é favorável para a hipótese de transferências voluntárias estratégicas, de modo que existe indícios que o ente federal de fato realiza repasses mais expressivos para aqueles municípios nos quais tem uma identificação partidária. Este resultado vai de acordo com as teorias e estudos de grandes pesquisadores como Bugarin e Marciniuk (2017); Stuckert e Bugarin (2022); entre outros que já foram citados nesta pesquisa.

Por outro lado, este estudo conta com a variável de “segundo mandato”, na qual tem real significância para a realização dos repasses, ou seja, os prefeitos nos quais estão no segundo mandato recebem por parte da união uma maior quantidade de repasses. Dessa forma, nota-se a preferência de prefeitos com mais experiência política. Tal resultado vai contra alguns estudos como de Stuckert e Bugarin (2022).

De modo geral as variáveis significantes são: partido; segundo mandato; e PIB *per capita*. Já as variáveis não significantes para a realização de repasses da união para os municípios do Tocantins estão: sexo; idade; anos de estudo; coligação; e impostos.

Sendo assim, na avaliação do desenvolvimento social e fiscal gerado nos municípios do estado do Tocantins, nota-se, que para aqueles municípios nos quais recebem os maiores repasses, a influência partidária e as variáveis significativas geradas pelo modelo de dados em painel, não afetam imediatamente o serviço básico de saneamento e educação. Mas para aquelas regiões que recebem os menores repasses, as variáveis significativas geram impacto na quantitativo de transferências e principalmente no desempenho municipal social.

Portanto, esta pesquisa avaliou os resultados gerados pela HTPE no estado do Tocantins com os dados produzidos pelos índices de desenvolvimento social e fiscal nos municípios que receberam as maiores e menores transferências intergovernamentais.

A principal contribuição desta pesquisa foi a ampliação de estudos já realizados em algumas localidades do Brasil, porém com o foco apenas no Tocantins no período de 2015 a 2020, visto que este estado não contém pesquisas a respeito do assunto discutido nesta pesquisa. E ainda, analisar uma comparação entre as variáveis significativas para uma maior transferência com o real desenvolvimento do município.

O presente estudo pode se estender para pesquisas centralizadas por microrregião, acrescentando também a influência dos repasses realizados para o governo estadual. Pode-se incluir uma variável *dummy* para representar os anos eleitorais tanto de prefeito quanto de presidente. Ademias, incluir outras variáveis como saúde, para a análise do desenvolvimento municipal.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anderson Henrique dos Santos; DOS SANTOS FILHO, José Emilio; GOMES, Fábio Guedes. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os

municípios alagoanos no período 2000-10. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 739-759, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612132652>

ALMEIDA, Emmanuelle Arnaud; CABRAL NETO, Antonio. Relações intergovernamentais no exercício do PAR: redes semânticas tecidas para tipificar as bases federativas do regime de colaboração. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e2300902018, 2018.

BASKARAN, Thushyanthan; HESSAMI, Zohal. **Political alignment and intergovernmental transfers in parliamentary systems: Evidence from Germany**. *Public Choice*, v. 171, p. 75-98, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Governo Federal, GOV.BR. **Transferências voluntárias**. Ministério da Mulher, da família e dos direitos humanos. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal** (2000). Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, n. 65, 2013.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC**. IV Fórum Nacional das Transferências da União. Brasília, 2019.

BRASIL. **Tesouro Nacional Transparente**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso em: 05 de dez 2022

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Transferências governamentais constitucionais**. Brasília: TCU, Secretaria de Macroavaliação Governamental, 2008.

BUGARIN, Maurício Soares; FERREIRA, Ivan. Partisan intergovernmental transfers: empirical evidence, political and economic effects, and the electoral rationale. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 72, n. a, p. 41 - 66, 2021. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5722>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BUGARIN, Maurício Soares; MARCINIUK, Fernanda. Strategic partisan transfers in a fiscal federation: Evidence from a new Brazilian database. **Journal of Applied Economics**, v. 20, n. 2, p. 211-239, 2017. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1514-0326\(17\)30010-7](https://doi.org/10.1016/S1514-0326(17)30010-7)

CAMPOS, Francisco de Assis Oliveira; CASTELAR, Ivan; SOARES, Ricardo Brito. Fatores associados à corrupção municipal em transferências de recursos da União. **Nova Economia**, v. 28, p. 879-911, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3050>

CARVALHO, W. Q. et al. Análise locacional das atividades produtivas na microrregião de porto nacional do estado do Tocantins. **Economia & Região**, v. 6, n. 1, p. 47-63, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2018v6n1p47>

COLLAZOS-ORTIZ, Maria Antonieta; WONG, Pui-Hang; LONDOÑO BEDOYA, David Andrés. The impact of political alignment on resource rent distribution in Colombia. **Regional & Federal Studies**, p. 1-27, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/13597566.2025.2520972>

DANTAS, Aline de Medeiros; GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito. XI Prêmio SOF de monografias, 1º lugar: Transferências partidárias estratégicas: teoria e evidências para o Brasil, 2007 a 2018. 2022. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6930>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

DE OLIVEIRA, Jose A. Puppim, et al. The Role Of Intergovernmental Relations In Response To A Wicked Problem: An Analysis Of The COVID-19 Crisis In The BRICS Countries. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 243-260, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200501>

DEDA, Carin Caroline; KAUCHAKJE, Samira. Determinantes das transferências fiscais para as unidades municipais: efeitos da representação desproporcional dos distritos eleitorais brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 150-172, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170266>

DE ANDRADE, Rafael Resende; CALDAS, Antônio Vinícius Silva. FEDERALISMO FISCAL E TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 1, p. e1449-e1449, 2025. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n1-79-2025>

DUARTE, Angelo José Mont'Alverne; DA SILVA, Alexandre Manoel Angelo; LUZ, Everaldo Manoel; GERALDO, José Carlos. Transferências fiscais intergovernamentais no Brasil: avaliação das transferências federais, com ênfase no sistema único de saúde. Texto nº 1451. CEPAL, IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

FERREIRA, Ivan; BUGARIN, Maurício Soares. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, p. 271-300, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>

FERREIRA, Jorge L. D.; ALVES, Alexandre F.; CALDEIRA, Emilie. Grants for Whom and Why? The Politics of Allocation of Transfers in Brazil. *Development and Change*, v. 51, n. 6, p. 1629-1655, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/deve.12265>

Firjan, Índice Firjan de Gestão Fiscal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

GADELHA, Sérgio Ricardo De Brito; DA FONSECA JÚNIOR, Laércio Marques. Descentralização Fiscal E Crescimento Econômico Dos Estados Brasileiros. REGEN, **Revista de Gestão, Economia e Negócios**. v. 2 n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/regen/article/view/6451/2627>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GAROFALO, Pablo. J. Strategics pendingin federal governments: theoryand evidence from the US. **Journal of Applied Economics**, v. 22, n. 1,p. 243-272, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/15140326.2019.1611203>

GÓES, Geraldo Sandoval; DE CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata. Introdução ao Software R e à Análise Econométrica. Curso: Microeconometria. 2018.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. Fundamentos das transferências intergovernamentais. DPU N° 27. **Direito Público**, v. 6, n. 27, 2009. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1565>. Acesso em: 01 jan. 2024.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C.. Econometria básica [recurso eletrônico]. 5 Ed., Porto Alegre, **AMGH Editora Ltda**, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Governo Federal, Ministério da Educação.

LINHARES, Fabrício Carneiro; ALMEIDA, Marcos Henrique de Carvalho. O Poder do voto como fator determinante na distribuição de recursos estaduais para os municípios cearenses. **Planejamento e políticas públicas**, n. 62 | 2022. DOI: <https://doi.org/10.38116/ppp62art1>

LOUZADA, José Ricardo Tavares. As transferências governamentais obrigatórias da união para os estados, distrito federal e municípios: fontes, aplicação e fiscalização. **Revista Organização Sistêmica**, vol.2 n.1, 2012. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/revistaorganizaosistemica/index.php/organizaaoSistemica/article/view/140>>. Acesso em 5 dez. 2023

LOUZANO, João Paulo de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio; BRUNOZI JÚNIOR, Antônio Carlos. Transferências Intergovernamentais e Desenvolvimento Econômico: Uma Aplicação de Dados em Painel Espacial para os Estados Brasileiros. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 20, p. 625-645, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2022.1288.pt>

MAIA, A. G.. **Econometria**: conceitos e aplicações. Saint Paul Editora, 2019.

MARCA, Luan; FRANCA, Marco Tulio Aniceto. Mensurando O Impacto Dos Setores De Produção Na Renda *Per Capita* Dos Municípios De Santa Catarina: Uma Análise Econométrica. **Revista Catarinense de Economia**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v6.n1.128>

MARCINIUK, Fernanda Ledo; BUGARIN, Maurício Soares. A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, p. 181-210, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20190009>

MARCINIUK, Fernanda Ledo; BUGARIN, Maurício Soares; FERREIRA, Fernanda Ledo. Motivação partidária nas transferências voluntárias da União: o papel do Legislativo Federal. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 50, p. 261-291, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-41615023fmd>

MARTINEZ, Antonio Lopo; COELHO, Marcelo Lopes Bello. Moral tributária e o cidadão brasileiro: estudo empírico. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n 3, Rio de Janeiro, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395175430>

MASCARENHAS, Caio Gama; RIBAS, Lídia Maria. Transferências intergovernamentais de desempenho ou resultado: o federalismo fiscal da Nova Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, v. 280, n. 1, p. 89–119-89–119, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v280.2021.83679>

MEIRELES, Fernando. Alinhamento partidário e demanda por transferências federais no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 173-194, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170282>

QUINCKHARDT, Matthias. The value of a party: Local politics and the allocation of intergovernmental transfers. **European Journal of Political Economy**, v. 80, p. 102470, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2023.102470>

Secretária do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Ministério da Economia. 9º edição, 2021.

Senado Federal. LDF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-oassunto/lrf#:~:text=A%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal,o%20equil%C3%ADbrio%20das%20contas%20p%C3%ABlicas>. Acesso em: 26 de jan 2024.

DA SILVA SMOLSKI, Felipe Micail et al. Capacitação em análise estatística de dados com uso do software livre R. **Revista Ciência em Extensão**, v. 14, n. 3, p. 123-134, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23901/1679-4605.2018v14n3p123-134>

SOLÉ-OLLÉ, Albert; SORRIBAS-NAVARRO, Pilar. The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain. **Journal of Public Economics**, v. 92, n. 12, pág. 2302-2319, 2008.

STUCKERT, Rodrigo de Oliveira; BUGARIN, Maurício Soares. Transferências Intergovernamentais Estratégicas: uma análise para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. **ANPEC** – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Encontro 2022. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2022/submissao/files_1/i5-4493d82b5e0552748844bdf780d50f29.pdf>. Acesso em: 15 de dez 2023.

Adriano Nascimento da Paixão. Doutor em Economia. Professor do departamento de economia e da UFPB e do PGDR-UFT. Endereço: Campus I, Castelo Branco, João Pessoa-PB. CEP: 58051-900. E-mail: anpaixao@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7536927746340896>. ORCID: 0000-0002-2717-3716.

Ethienne Guinever Santos Milhomem. Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: ethienne.guinever@mail.uft.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7302387434818550>. ORCID: 0000-0002-6906-4294

Submetido em: 08/08/2024

Aprovado em: 05/05/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Adriano Nascimento da Paixão
Curadoria de Dados (Data curation): Ethienne Guinever Santos Milhomem
Análise Formal (Formal analysis): Adriano Nascimento da Paixão
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Ethienne Guinever Santos Milhomem
Investigação/Pesquisa (Investigation): Ethienne Guinever Santos Milhomem
Metodologia (Methodology): Ethienne Guinever Santos Milhomem
Administração do Projeto (Project administration): Adriano Nascimento da Paixão
Recursos (Resources): Ethienne Guinever Santos Milhomem
Software: Ethienne Guinever Santos Milhomem
Supervisão/orientação (Supervision): Adriano Nascimento da Paixão
Validação (Validation): Adriano Nascimento da Paixão
Visualização (Visualization): Adriano Nascimento da Paixão
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Ethienne Guinever Santos Milhomem
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Adriano Nascimento da Paixão

Fontes de financiamento: CAPES